



*VELHOS E NOVOS DESAFIOS
PARA OS ATORES DOS TERRITÓRIOS*

A. Oliveira das Neves
Lisboa, 20 de Setembro de 2013



Roteiro

- 1. Motivações - do conhecimento à intervenção**
- 2. Tendências recentes dos territórios rurais**
- 3. Necessidades de Intervenção**
- 4. Capacidades e recursos dos GAL**
- 5. Instrumentos de política - Oportunidades de atuação**
- 6. Governança e Capacitação institucional**

1. MOTIVAÇÕES – DO CONHECIMENTO À INTERVENÇÃO

- ✓ **Elementos de experiência de promoção do desenvolvimento**
 - conhecimento dos territórios
 - aprendizagem acumulada de gestão

- ✓ **Desafios da territorialização e novos instrumentos de política**
 - trajetória de evolução das dimensões-problema
 - prioridades e objetivos das políticas públicas
 - atores implicados/ a implicar

2. TENDÊNCIAS RECENTES DOS TERRITÓRIOS RURAIS

- ✓ Despovoamento dos espaços rurais e envelhecimento das populações permanecem como um constrangimento à revitalização das economias locais e refletem-se na quebra do rendimento dos agricultores e dos produtores rurais.
- ✓ Estreitamento crescente dos recursos do território (equipamentos educativos, serviços de saúde, oferta de transportes e comunicações, estabelecimentos comerciais, ...).
- ✓ Quebra acentuada das dinâmicas de animação económica nos territórios rurais que reflete uma menor capacidade de empreendedorismo e investimento endógeno, mas também uma menor atracção de investimento exógeno, não permitindo capitalizar investimentos efetuados na melhoria da qualidade de vida e na conservação do património rural.
- ✓ Insuficiência das abordagens aos instrumentos de apoio às atividades rurais, consagrados em intervenções de P.O. Regionais e outros.

2. TENDÊNCIAS RECENTES DOS TERRITÓRIOS RURAIS

- ✓ Necessidade de (re)contextualizar contornos/conteúdos do conceito Territórios de Baixa Densidade, à luz das novas realidades:
 - os elementos demográficos, as dinâmicas económicas, os recursos e os capitais de iniciativa, evoluíram significativamente nestes Territórios (pela negativa e pela positiva);
 - a emergência das situações de crise provocou o alastramento aos territórios envolventes de proximidade urbana, de um quadro de declínio económico e de riscos sociais.
- ✓ Exercício indispensável, com vista a um adequado aproveitamento (mais eficaz e eficiente) dos novos instrumentos de intervenção.

2. TENDÊNCIAS RECENTES DOS TERRITÓRIOS RURAIS

✓ *Robustez Institucional*

- Reduzido leque de entidades com atribuições e competências de proximidade;
- Encerramento de serviços públicos em áreas-chave da estruturação social local.

✓ *Capacidade Relacional*

- Predomínio de lógicas individualistas, reproduzindo a atonicidade dos agentes diretos dos meios rurais e inviabilizando a concepção, montagem e concretização de projetos competitivos, que pressupõem limiares de associação de interesses e de meios;
- Reduzida eficácia na construção de parcerias, por serem onerosas e de difícil sustentabilidade.

2. TENDÊNCIAS RECENTES DOS TERRITÓRIOS RURAIS

*Em terras onde já fecharam
as escolas, os centros de
saúde e os postos dos CTT,
cabe aos presidentes das
juntas de freguesia fazerem
de assistentes sociais, taxistas,
contabilistas e conselheiros.*

*Mas, com o novo mapa,
desaparecem **1165** freguesias.
E com elas o último resquício
da presença do Estado*

3. NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO

- ✓ Estruturação das fileiras agro-alimentar e florestal, com reforço das Organizações de Produtores e contribuindo para a integração dos produtores primários na cadeia de valor (sistemas de qualidade, valorização dos mercados locais, ...);
- ✓ Transferência de conhecimento e inovação, com acesso a informação técnica, produtiva e de mercado, por parte dos agentes dos sistemas socio-económicos agro-rurais;
- ✓ Identificação de Projetos-âncora capazes de gerar diversificação de atividades e economias de aglomeração e gama que estimulem a integração dos produtos e serviços dos territórios rurais na cadeia de valor.

3. NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO

- ✓ Renovação do papel das atividades e iniciativas enquadradas no conceito de Economia social, podendo contribuir para responder à insuficiência de serviços de apoio à população e também a uma notória fragilidade da iniciativa empreendedora tanto nas áreas urbanas, como nos Territórios de Baixa Densidade.
- ✓ Organização das produções primárias e criação de respostas de comercialização que reduzam os elos de dispersão da cadeia de valor dos produtos e serviços dos territórios rurais, podendo constituir uma área de intervenção forte na perspetiva da Coesão Territorial, nomeadamente implicando o envolvimento de parceiros económicos, das Instituições de Ensino Superior, Unidades de I&D e Autarquias Locais com tutela de equipamentos económicos subocupados.

3. NECESSIDADES DE INTERVENÇÃO

- ✓ Formação de “Mediadores de Desenvolvimento”, especialistas na animação de processos de desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade, podendo contribuir para facilitar o estabelecimento de pontes entre diferentes atores e a afirmação de projetos e iniciativas empresariais, contribuindo para a sua inserção nas dinâmicas competitivas cada vez mais globalizadas, articulando o rural e o urbano.
- ✓ Refuncionalização de equipamentos de saúde, educação e cultura disponíveis nos Territórios de Baixa Densidade, através da oferta integrada (fixa e itinerante) de serviços públicos e serviços privados diferenciados através das ADL e/ou dos seus parceiros, podendo contribuir para a melhoria da qualidade de vida, a sustentabilidade de limiares de ocupação humana e a fixação e atração de população e de atividades económicas.

4. CAPACIDADES E RECURSOS DOS GAL

Elementos-chave da capacitação

- ✓ Relação com entidades externas;
- ✓ Recursos Materiais e Financeiros;
- ✓ Qualificação e Competências;
- ✓ Práticas de Avaliação.

4. CAPACIDADES E RECURSOS DOS GAL

Indicador	Variação/resultado
<i>Constituição atual do Grupo de Ação Local</i>	Maior incidência de Municípios/ /Associações de Municípios (89,8%); Associações sectoriais (81,6%); Cooperativas (75,5%) e Associações culturais, recreativas e desportivas (73,5%).
<i>Níveis de habilitação</i>	Maioritariamente com nível médio e superior (Licenciatura – 66%; 10º a 12º Ano – 19%).
<i>Áreas de especialização das equipas técnicas</i>	Economia, Agronomia e Gestão (49%), o que pode ser considerado adequado, apesar de existirem outras áreas de competência significativas.
<i>Alterações introduzidas na composição da Estrutura Técnica</i>	<ul style="list-style-type: none">• Aumento do número de pessoas (78,3%)• Diversificação de competências (65,2%)• Substituição de elementos (58,7%)
<i>Formas de monitorização e avaliação das actividades</i>	93,8% dos GAL realiza monitorização das atividades relacionadas com as ELD, através de acompanhamento/visitas regulares aos projetos. 58,3% dos GAL referem que a avaliação é realizada com recursos próprios da entidade.

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA - OPORTUNIDADES DE ATUAÇÃO

Políticas da Coesão – o desafio da integração das abordagens multifacetadas para um equilíbrio territorial

- ✓ Livro Verde da Coesão Territorial e Relatório Barca
- ✓ Estratégia Europa 2020
- ✓ PAC no horizonte 2020 – Política de Desenvolvimento Rural (desenvolvimento territorial equilibrado)
 - Apoiar o emprego rural e preservar o tecido social das zonas rurais;
 - Melhorar a economia rural e promover a diversificação; e
 - Permitir a diversidade estrutural dos sistemas de produção agrícola, melhorar as condições de vida para as pequenas explorações e desenvolver os mercados locais.

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA - OPORTUNIDADES DE ATUAÇÃO

Orientações de abordagem territorial

- ✓ Investimento na conceção de estratégias com qualidade, inclusivas e alargadas;
- ✓ Envolvimento de parceiros do sector privado e do 3º sector, evoluindo para ocupar com vantagem espaços de intervenção tradicionalmente da responsabilidade das tutelas do investimento e serviço público;
- ✓ Capacidade para assegurar uma intervenção integrada, envolvendo as diferentes dimensões críticas de apoio ao investimento (público e privado), numa lógica de integração com redes de dimensão alargada;
- ✓ Abordagem de intervenções da fileira da economia dos recursos naturais como um elemento indispensável à valorização dos Territórios de Baixa Densidade (rurais e peri-urbanos) como forma de assegurar o enraizamento das estratégias e o *empowerment* das populações, sendo deste ponto de vista o sector primário um elemento essencial;

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA - OPORTUNIDADES DE ATUAÇÃO

Orientações de abordagem territorial

- ✓ Papel da melhoria das necessidades de qualificação como elemento fulcral de qualquer estratégia de desenvolvimento territorial, implicando o acesso a recursos de financiamento orientados que possibilitem a operacionalização de respostas;
- ✓ Enquadramento dos objetivos de coesão social (combate à pobreza e à exclusão), enquanto elementos ativos de promoção da atividade económica e da qualificação das pessoas e não apenas meros instrumentos da atividade redistributiva do Estado;
- ✓ Promover uma cultura de parceria e de estruturação em rede de iniciativas e projectos locais, colocada ao serviço da valorização dos recursos endógenos, de modo a que os territórios sejam capazes de se tornarem «empreendedores» e alimentarem uma atmosfera de negócios duradoura, ou seja, de se transformarem em «espaços de excelência».

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA - OPORTUNIDADES DE ATUAÇÃO

Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial

- ✓ Promoção da concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada na concretização integrada de investimentos que assegurem a produção de resultados significativos nos seguintes domínios:
 - (i) Desenvolvimento rural, diversificação e competitividade da economia de base rural;
 - (ii) Desenvolvimento das zonas pesqueiras e costeiras, diversificação e competitividade da economia de base pesqueira e costeira; e
 - (iii) Promoção da inclusão social, combate à pobreza e à exclusão e desenvolvimento da inovação social.
- ✓ Abordagem integrada de suporte a investimentos relativos a mais do que um Eixo prioritário, de um ou vários Programas Operacionais, com implementação *top-down* e com cofinanciamento FEDER, FC e FSE, FEAMP e FEADER.
- ✓ Responsabilidade das AG dos PO envolvidos diretamente, em estreita coordenação e com eventual delegação de competências em entidades territoriais.

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA - OPORTUNIDADES DE ATUAÇÃO

Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial

As DLBC contribuirão especialmente para a prossecução dos seguintes Objetivos temáticos do Quadro Estratégico Comum:

- Melhorar o acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como a sua utilização e qualidade;
- Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas dos setores agrícola, das pescas e da aquicultura;
- Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores;
- Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos;
- Promover o emprego e apoiar a mobilidade laboral;
- Promover a inclusão social e combater a pobreza; e
- Reforçar a capacidade institucional e uma administração pública eficiente.

[O DLBC é suscetível de financiamento através do FEADER, FEAMP e FSE, complementados pelo FEDER. As modalidades de investimentos podem incluir subsídios reembolsáveis e não reembolsáveis, bem como outros instrumentos financeiros.]

5. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA - OPORTUNIDADES DE ATUAÇÃO

Investimentos Territoriais Integrados (ITI)

Promoção da concertação estratégica e operacional entre parceiros públicos, privados e associativos, de base territorial e/ou temática, empenhados e mobilizados na concretização integrada de investimentos que, assegurando a plena utilização dos recursos, das oportunidades e das potencialidades existentes, sejam especialmente focalizados na produção de resultados significativos para o crescimento e o emprego.

Os ITI serão especialmente concretizados nos territórios correspondentes a NUTS III, onde se encontram instituídas soluções de governação (envolvendo parceiros públicos, privados e associativos) com capacidades de desempenho nos domínios prioritários (desenvolvimento económico e promoção do emprego).

6. GOVERNANÇA E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Capacitar e valorizar o papel da mediação dos agentes dos territórios rurais

- ✓ Proximidade territorial, relacional e de conhecimento, como base de estruturação de recursos e instrumentos de atuação em prol do desenvolvimento rural.
- ✓ Capacidade reconhecida de intermediação entre atores públicos, privados e associativos que assenta na aprendizagem acumulada em experiências que ligaram organizações e pessoas, num mesmo território, na construção de soluções que respondem a interesses e necessidades comuns.

6. GOVERNANÇA E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Capital de experiência e aprendizagem (gestão de recursos de financiamento multifundo)

- *Abordagem LEADER* (Iniciativas Comunitárias desde 1991 e abordagem no quadro do Eixo 3 do ProDeR);
- Experiência de conceção, programação e organização de ações de Educação e Formação de Adultos;
- PROMAR – Eixo 4 - (Desenvolvimento Sustentável das Zonas Costeiras):
- *Programa de Formação Acção para PME* (2008-2013);
- Intervenções de combate à pobreza, à exclusão e à promoção do desenvolvimento social (*PLCP, PROGRIDE* e *CLDS*);
- *Iniciativa Comunitária EQUAL* (Intervenções para a promoção da Inovação Social, Cooperação e promoção da Igualdade);
- *Programa de Recuperação de Centros Rurais* (1994-1999) – com enfoque na recuperação dos núcleos urbanos dos espaços rurais, integrando projetos públicos e privados com intervenção abrangente na dinâmica económica local.

6. GOVERNANÇA E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Capital de experiência e aprendizagem (gestão de recursos de financiamento multifundo)

- [Exemplos de Metodologias que ilustram e servem de referência para a operacionalização eficaz e eficiente de novas ferramentas no âmbito do QEC 2014-2020, têm de ser enriquecidos].
- Aumentar o capital de conhecimento presente nos territórios, seja pela dinamização de projectos que têm a ciência e o conhecimento como alvo, seja pela disseminação, através de formação, dos conhecimentos e das técnicas necessários ao sucesso dos projectos e à sua compreensão e aceitação pelas populações - agentes implicados e primeiros beneficiários.
- Estimular uma atitude pró-ativa através da concepção, organização e dinamização de produtos e serviços (económicos, turísticos, culturais, de desfrute da natureza, ...) com a maturidade que lhes permita uma adequada valorização de mercado.

6. GOVERNANÇA E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

Elementos de governação para uma adequada territorialização das políticas públicas

- Os instrumentos de política pública devem convergir para promover a integração entre os diferentes Fundos numa atuação concertada para o desenvolvimento económico, com base na recuperação de capacidades de crescimento e geração de emprego.
- O modelo de gestão dos Fundos, bem como os mecanismos de interação entre os diferentes atores e interesses, deve assegurar uma governação multinível com presença nas instâncias intervenientes de representação adequada dos processos de DLBC, o que pressupõe um cruzamento de participação nas Unidades de Gestão que venham a ser criadas para os PO regionais, para as ITI e para as EDL-DLBC.



CONFERÊNCIA
o futuro
dos territórios rurais
Desenvolvimento Local
de Base Comunitária

*VELHOS E NOVOS DESAFIOS
PARA OS ATORES DOS TERRITÓRIOS*

Obrigado pela atenção!

